

APERFEIÇOAMENTO DE FERRAMENTAS ESTADUAIS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ÂMBITO DO PROGESTÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PROJETO DE PESQUISA APLICADO

Adilson Trindade¹

O Projeto de Aperfeiçoamento de Ferramentas Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos, Projeto Ferramentas de Gestão, foi instituído em dezembro de 2017 por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Ipea. A pesquisa é coordenada, de forma conjunta, por ambas as instituições, tendo a sua conclusão definida para o final de 2019. Em síntese, o projeto possui como resultado finalístico a produção de ferramentas inovadoras de gestão – ou, ainda, o aperfeiçoamento daquelas existentes nos órgãos gestores dos estados contemplados nesta fase, a saber: Alagoas, Sergipe, Paraíba, Paraná, Mato Grosso, Piauí, Goiás e Rondônia. Portanto, destina-se a formar capacidades técnicas, voltadas a determinados instrumentos das políticas estaduais de recursos hídricos, ou políticas correlatas, tendo como finalidade última o fortalecimento institucional dos sistemas estaduais dos referidos estados (Ipea, 2017).

Assim, a partir desse objetivo definido, foram selecionados bolsistas para atuarem nos estados anteriormente elencados, distribuídos por três áreas temáticas: *i*) sistemas de informações em recursos hídricos; *ii*) gestão de eventos críticos; e *iii*) segurança de barragens. Logo, observando o projeto por suas áreas temáticas, verifica-se que ele articula pelo menos três políticas distintas: a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), por meio da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), com base na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; e, por fim, a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Além disso, o projeto conta com uma quarta área, de suporte ao projeto de pesquisa, situada em Brasília, Distrito Federal (Ipea e ANA, 2018).

1. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. *E-mail*: <adilson.junior@ipea.gov.br>.

O Projeto Ferramentas de Gestão insere-se no contexto do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão),² criado em 2011 pela ANA, e atualmente implementado em todas as Unidades da Federação. O Progestão, em 2016, passou por uma avaliação, ocasião em que foi firmada a primeira parceria entre Ipea e ANA, com o objetivo de observar o seu andamento, além de estabelecer, também, uma base à tomada de decisão no âmbito do referido programa. Essa análise, baseada no trabalho de Cassiolato e Guerresi (2010), tornou-se o modelo referencial básico de verificação do programa.³ Na ocasião da avaliação, apontaram-se vários pontos críticos à gestão de recursos hídricos nos estados e, por conseguinte, a necessidade de fortalecimento institucional dos seus sistemas estaduais, principalmente quanto à tomada de decisão nos órgãos de gestão. Sendo assim, sob este contexto, originou-se o Projeto Ferramentas de Gestão (Ipea e ANA, 2018).

Uma característica desse projeto de pesquisa consiste na especialização dos temas (áreas temáticas), o que resulta em temas específicos, propiciando a entrega de diferentes produtos aos órgãos gestores. Nesse sentido, há uma diversificação dos tipos de produtos a serem elaborados, porém sempre contidos na dimensão técnica, colocando-se então como um incremento da capacidade de implementação do órgão em questão.

Percebe-se, contudo, que o desenvolvimento de capacidades no contexto das políticas estaduais de recursos hídricos, especificamente por intermédio de pesquisas aplicadas, pressupõe o enfrentamento de questões (entraves) relacionadas ao ambiente de gestão, em sentido amplo e restrito. De forma analítica, o ambiente amplo de gestão pode ser aqui compreendido como arranjo institucional, no qual as principais questões podem ser exemplificadas, tais como:⁴ *i*) fatores regionais e setoriais, na especificidade de cada área temática da pesquisa; *ii*) intersetorialidade fraca e/ou inexistente entre políticas relacionadas; e *iii*) fragilidades práticas e conceituais do modelo de governança. Por seu turno, o ambiente restrito remete aos próprios órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, no qual as questões principais podem ser exemplificadas, como: *i*) deficiências na estrutura técnica, administrativa e financeira; *ii*) frequente substituição dos dirigentes dos órgãos de gestão (descontinuidade); e *iii*) fatores relacionados a contratação de bens, serviços e orçamento.

Assim, os dados colecionados ao longo da pesquisa retratam uma realidade complexa, virtualmente vivida em quase a totalidade dos estados e órgãos gestores de recursos hídricos brasileiros. Os estados elencados, abrangidos nesta primeira fase do projeto, constituem uma amostra bastante significativa dos sistemas estaduais de recursos hídricos e das fragilidades das suas burocracias. Dessa maneira, verifica-se, até o momento, que o desenvolvimento de capacidades com o viés de inovação impreterivelmente encontrará complexos obstáculos, em diferentes perspectivas e níveis de análise. E, nesse contexto, o próprio Projeto Ferramentas de Gestão institui-se um importante objeto de estudo, quando analisado por chaves teóricas específicas, considerando os dados obtidos nas pesquisas em curso nos estados.

Nesse sentido, então, mostra-se sugestiva a opção por abordagens heurísticamente robustas, tanto do ponto de vista teórico como também do metodológico, de modo a abarcar

2. Instituído por meio da Resolução ANA nº 379, de 21 de março de 2013. Mais informações disponíveis em: <<http://progestao.ana.gov.br>>.

3. Projeto Avaliação do Progestão, cuja coordenação geral foi de Antenor Lopes, pesquisador do Ipea.

4. Constituem base dessas informações relatórios de pesquisa, formulários de acompanhamento, sistema de controle de documentos e relatos presenciais dos bolsistas, além dos relatórios de avaliação do Progestão.

os diversos elementos que se colocam ao projeto de pesquisa, sendo então importantes questões a serem trabalhadas nos Grupos de Trabalho (GTs)⁵ instituídos pelo projeto.

REFERÊNCIAS

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar Modelo Lógico**: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília: Ipea, 2010. (Nota Técnica, n. 6).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Programa de consolidação do pacto nacional pela gestão de águas**: referencial básico de avaliação. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Relatório Institucional).

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Aperfeiçoamento de ferramentas estaduais de gestão de recursos hídricos no âmbito do Progestão**. Brasília: Ipea; ANA, 2018. (Relatório Síntese). Disponível em: <http://progestao.ana.gov.br/portal/progestao/destaque-superior/ferramentas-de-gestao/i-seminario-de-acompanhamento/i-seminario-de-acompanhamento_relatorio-sintese.pdf>.

5. De forma sintética, os GTs são organizados de acordo com as áreas temáticas do projeto, e atualmente encontram-se na fase final de estruturação. Eles têm como objetivo principal a elaboração de publicações relativas às pesquisas conduzidas nos estados abrangidos. Além disso, também visam aumentar qualitativamente o nível do trabalho desenvolvido, por meio da troca de experiências entre os pesquisadores.